

## **Sem trabalho e sem teto: análise das estratégias de sobrevivência das Pessoas em Situação de Rua do Município de Parintins**

**CATIVO, Cassia Karimi Vieira<sup>1</sup>**  
*Universidade Federal do Amazonas*

**WEIL, Andreza Gomes<sup>2</sup>**  
*Universidade Federal do Amazonas*

O trabalho é visto como a primeira atividade humana pela qual o homem modifica a natureza e a si mesmo, tendo em vista a produção dos bens e serviços que necessita sua sobrevivência. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo modifica as relações de trabalho à medida que interpõe significativas mudanças nos meios de produção, nas relações sociais e principalmente na distribuição da riqueza socialmente produzida.

A revolução industrial impulsionou o modo de acumulação do capital e como consequência, as cidades passaram a receber um expressivo número de pessoas que deixavam o campo para residirem nas proximidades das fabricas. Isso significa dizer que a “gênese da questão social é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital. Nesse processo remete á incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social” (SANTOS, 2012, p.26).

A expansão do modelo capitalista de produção desencadeou mudanças na realidade trabalhadora. Logo, novos meios de produção foram desenvolvidos e com ele a expansão de indústrias e cidades. Contudo, essa expansão da economia não aconteceu de forma homogênea, pois apenas uma parcela da população tinha acesso às riquezas socialmente produzidas, enquanto o restante sofria sem o acesso às condições básicas de sobrevivência.

Nesse sentido, a industrialização não somente acumulou riqueza nas mãos de uma pequena parcela da população, mas, ao “mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (MARX, 1985, p.275).

---

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social pela universidade Federal do Amazonas, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas-FAPEAM, e-mail: [karimivieira@hotmail.com](mailto:karimivieira@hotmail.com).

<sup>2</sup> Professora mestra do curso de Serviço social da Universidade Federal do Amazonas, e-mail: [andrezaweil@gmail.com](mailto:andrezaweil@gmail.com).

Assim, no século XVIII, as sociedades capitalistas viram crescer o pauperismo sem precedente, e como consequência a exclusão de milhares de pessoas. A população de rua surge através da expansão da superpopulação relativa expressando as mais variadas refrações da questão social.

O último censo realizado no Brasil para evidenciar o número de pessoas em situação de rua foi 2008 e o resultado revela que são mais de 32 mil pessoas que vivem esta situação nas diversas cidades brasileiras. Esta realidade porém não é exclusiva apenas das grandes metrópoles, pois, em municípios como Parintins é cada vez maior o número de pessoas que vive nas ruas e ao longo dos anos esta problemática vem se delineando como uma questão de políticas públicas.

Nesse sentido, iniciam-se os primeiros movimentos em prol das pessoas que estavam vivenciando a situação de rua. Tem início os primeiros “Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, depois em 1995 o grito dos excluídos, os seminários nacionais e também a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis” (KLAUMANN, 2014, p. 05).

Estas lutas e mobilizações da sociedade trouxeram importantes frutos para o movimento, pois foi reconhecida junto à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a necessidade de direcionar a proteção desses cidadãos. A PNAS foi aprovada pela resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social –CNAS e publicada no DOU de 28/10/2004), a qual expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003.

No contexto brasileiro o olhar do poder público sobre a situação das populações de rua só se efetiva em 2009 por meio do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. A operacionalização da Política é de competência do MDS e está diretamente relacionada à Política Nacional de Assistência Social.

Para ter acesso aos programas sociais as pessoas em situação de rua devem ser incluídas no Cadastro Único e atender ao perfil que, de acordo com a política, possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de uma moradia convencional ou regular.

Em se tratando do município de Parintins os estudos em torno da temática é insipientes. Em pesquisa exploratória nas instituições como Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e Secretária Municipal de Assistência Social Trabalho e Educação - SEMASTH para conhecer os dados relacionados com o assunto em

questão, às respostas sempre eram as mesmas, não podemos fornecer dados porque ainda não existe de fato uma pesquisa seria voltada para esse público, ou fale com a secretária.

Contudo, essa realidade contradiz ao que estabelece a Política, pois esta aponta a necessidade de “institui a contagem oficial da população em situação de rua”; produzir e sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômico e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos a pessoa em situação de rua” (BRASIL, 2009, art. 7§ III;IV,).

Por fim, o cumprimento da política nacional para pessoa em situação de rua continua sendo um desafio, pois muitos estados e municípios brasileiros não conseguem atender a essa população, não disponibilizando profissionais e estrutura adequada para atender a esse público, dificultando a concretização dos direitos desses indivíduos e contribuindo para o seu processo de marginalização.

## **Objetivos**

### **Geral**

- Analisar as estratégias de sobrevivência das pessoas que vivem em situação de rua no município de Parintins.

### **Específicos**

1. Desvelar os principais condicionantes que levaram os indivíduos a viver nas ruas;
2. Conhecer as atividades econômicas desenvolvidas pelos mesmos para a garantia de renda;
3. Identificar as ações desenvolvidas pelo Poder Público em Parintins.

## **Estratégia Metodológica**

A metodologia utilizada foi à abordagem quali-quantitativa. O lócus da pesquisa foi definido no decorrer do Levantamento Exploratório quando foram identificados os locais de maior concentração das pessoas em situação de rua.

Para a escolha dos informantes desta pesquisa foi utilizada a amostragem não probabilística intencional, pois “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população” (GIL, 2008, p. 94).

Nesse sentido, foram entrevistados 15 pessoas em situação de rua no município de Parintins, maiores de 18 anos, estarem vivenciando a situação de rua por mais de um ano, ter

disponibilidade para participar da pesquisa. A divisão foi de 05 informantes da rua Armando Prado, 05 informantes da praça da prefeitura, 05 do mercado da Francesa.

Ressalta-se que todos os informantes preencheram o termo de Livre Consentimento Livre Esclarecido, o qual esclareceu a importância da participação na pesquisa, além da permissão para a realização dos registros fotográficos e gravação das entrevistas.

## **Resultado e Discursão**

O município de Parintins está situado à margem direita do rio Amazonas a 380 km em linha reta de Manaus, abriga uma população de 102.066 habitantes (IBGE, 2010), sendo por isso considerada a segunda maior cidade do Estado do Amazonas. Sua economia gira em torno da agricultura, pecuária, serviços e da arrecadação de imposto. Nos últimos anos o *Setor Terciário* alcançou altos índices no município de Parintins.

Neste cenário constitui-se a realidade de homens e mulheres que vivenciam a situação de rua no município de Parintins, tendo em comum a precarização, a falta de habitação convencional regular, sendo obrigado a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento (SILVA, 2009).

A população de rua se configura como um grupo diversificado de homens e mulheres compelindo-os a habitar nas ruas, praças, áreas degradadas, albergues ou abrigos para pernoitar. Apresentam em comum a pobreza extrema e a fragilidade em seus laços familiares, logo, essa não é uma particularidade das regiões sul e sudeste, mas em municípios como Parintins essa realidade passa compor o cenário social.

Ao que se refere aos seus locais de origens, as falas dos entrevistados apontaram para cidade como Manaus 13%, Parintins 40%, Maués 13%, bem como cidades pertencentes ao Estado do Pará como Belém 13%, Santarém 27%, Barcarena 13%. Assim, alguns mudam de “cidade ou mesmo saem decorrência pressões que recebem (desemprego, uso de drogas, conflitos familiares etc), diante da impossibilidade de cumprir as tarefas que lhes são atribuídas. Esse caminho conduz a situação de rua” (Silva, 2009, p. 148).

Os dados revelam que 40% dos entrevistados vivem nas ruas de 1 a 2 anos e 20% mais de 10 anos. “Essa situação podem ser dispostas num *continuun*, tendo como referencia o tempo de rua, à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador. O que diferencia essa situação é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua” (SILVA, apud VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2005, p. 124).

O relato dos entrevistados evidencia esta questão:

Eu sou de Barcarena saí de casa pra conhecer o mundo, só que as coisas não foram do jeito que eu pensei. Fui pra Manaus porque falaram que o distrito era algo certo pra arrumar trabalho, mais eu não conseguir nada, acabei vivendo um anos lá pelo centro de Manaus, e quando foi na época do boi eu entrei no barco e vim pra cá, já estou aqui há 13 anos (Entrevistado C).

Eu sou de Santarém, saí de lá bem novo pra ir pra Manaus atrás de trabalho. Trabalhei um tempo no distrito e a fabrica fechou, sabe quando se é novo não se pensa muito nas coisas. Então não economizei nada durante o tempo que trabalhei, e não tinha nada. Depois de um tempo não tinha como pagar o aluguel, fui vendendo as coisas, a mulher me deixou e fui viver nas ruas. La em Manaus eu vivi 11 anos rua, até que me meti pra vim no barco pra voltar pra Santarém, mais os donos do barco descobriram que não tinha passagem e me deixaram aqui em Parintins, e hoje eu já estou vivendo há 6 anos nas ruas de Parintins (Entrevistado H).

Os dados da pesquisa sinalizam que 20% dos informantes, naturais de Parintins, estão na condição de rua a menos tempo que os informantes de outros Estados, que estão em maior tempo nas ruas, “sem que no âmbito federal, sejam, formuladas e implementadas políticas públicas destinadas ao enfrentamento do problema” (SILVA, 2009 p. 15).

A pesquisa revelou que em sua totalidade eles não possuem documentação, e nas ruas eles passam a assumirem novos papeis e identidades como uma das formas de estratégias de sobrevivência. “você vem pra rua e ai você deixa de ser quem é. Aqui ninguém conhecer teu sobrenome, quem é tua família. Você é o Vascaíno, o Sabá, João pé fede. Você é aquilo que a rua te faz ser” (Entrevistado homem, 43 anos).

A dificuldade da vida nas ruas reflete-se também nas condições de saúde dos que vivem esta situação, o que envolve a higiene pessoal. Durante as abordagens para a pesquisa foi comum encontra-los sujos, com as vestimentas velhas e deterioradas pelo tempo. Quando questionados em relação a sua higiene pessoal, os informantes relataram que fazem suas higiene pessoais nas ruas e praças, (18%) em banheiro público, (10%) casa de parentes e amigos e (20%) preferiram não responder.

Constatou-se também que muitos utilizam papelões para dormir, alguns com ajuda de moradores ganharam colchão, roupas usadas e comida, conforme relata o entrevistado: “Eu agradeço a Deus porque sempre encontro pessoas que me ajudam, não é fácil, o que agente junta mal dar pra comer. Então vem um e dar um cobertor, uma roupa, outro dia nos ganhos esse colchão e foi uma alegria, não é fácil dormir no chão duro ” (ENTREVISTADO, 34 anos).

Quanto ás questões relativas à saúde, fatores como á exposição do sol, chuva, uma alimentação com baixo teor alimentar, drogas, exercem grande influencia na saúde dessas pessoas. Assim, muitos dos entrevistados aparentam cansaço, fraqueza, doenças na pele,

tosse. “O aspecto como se apresentam, no entanto, exterioriza suas condições de existência e modo de vida e saúde: aparência de cansaço, gripado, magreza, fumante, unhas grandes e sujas [...]” (BULLA, 2004, p. 128).

Distante das fragilidades do acesso das políticas pública de emprego e renda, as pessoas em situação de rua acabam sendo conduzidas no sentido do rebaixamento na hierarquia social. Perdendo “a proteção social, perdem a referência de lar, perdem autoestima. Dificilmente conseguem o caminho de volta. Deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vista como um problema. E, nessa categoria, são objetos, na melhor das hipóteses, da caridade” (BURSZTYN, 2000, p. 51-52).

As fragilidades ao acesso das políticas públicas, a pauperização, exclusão são refrações da questão social vivenciada no país. São reflexo do antagonismo existente entre capitalismo e a classe trabalhadora, visto que a riqueza não é distribuída de forma equitativa concentrando-se nas mãos de mão de uma minoria, e penalizando o restante da população.

Nas ruas esses cidadãos buscam criar suas próprias estratégias de sobrevivência realizando as mais variadas atividades tais como: pedinte, coletor de material reciclável, carregador e entre outras funções. Cada um a sua maneira está inserido no processo de produção e consumo, desempenhando funções específicas que lhe garanta sua sobrevivência.

As estratégias de sobrevivência são múltiplas atuando como carregadores de estivas, catadores de materiais recicláveis, profissionais do sexo, alguns prestam serviços de limpeza de quintal e de sepultura no cemitério da cidade. Por outro lado, as ruas apresentam também um grupo de pessoas que não exercem atividades trabalhistas, e sobrevivem devido à pedidos feitos a transeuntes que circulam na cidade.

Você sabe o que é manguear? Manguear é pedir, nos temos um companheiro que é o rei do manguear, ele chega com a pessoa e passa maior conversa, e se preciso ele até chora. Ai o dinheiro, cigarro, bebida e comida que ele arrecada ele trás pro grupo, é assim que agente vive aqui (Entrevistado L.).

O mangueio está ligado às estratégias de sobrevivência encontradas por estas pessoas nas ruas das cidades. Para Melo (2011, p. 61), a utilização do termo “mangueio” ou “manguear”, no sentido aqui empregado, é um termo que sintetiza uma “diversidade de possibilidades de ações para conseguir recursos, seja em forma de dinheiro, alimentação, roupa ou demais objetos, serviços e acessos”.

Para o mesmo autor, na maioria dos casos, “aparece como sintetizador de experiências de sobrevivência na rua, no entanto, como pretendo demonstrar, o mangueio é

um complexo processo de relação proposto pelas pessoas nesta situação”. Uma particularidade que chamou atenção foi que durante o dia estes indivíduos circulam pelas ruas em busca de uma renda para sua sobrevivência, para isso, ofertam diferentes serviços, tais como carregamento de cargas, jardinagem, limpeza e outros. Isso posto, pode ser reafirmado nas palavras do autor a seguir.

Em suma, a população que vivencia a situação de rua no município de Parintins não difere das demais localidades do país, são pessoas que oram acometidas por problemas relacionados ao uso de drogas, desemprego, rompimento dos vínculos familiares, as quais tiveram que criar estratégias para sobreviver às diversidades das ruas, mas que necessitam da intervenção pública para ter acesso às políticas públicas para deixarem esta condição.

### **Considerações Finais**

Considera-se como pessoa em situação de rua aquelas que não apenas retiram das ruas meios para sua sobrevivência, mas aquelas que fazem das ruas, praças e outros logradouros seu local de moradia. Assim como em grandes metrópoles brasileiras esse fenômeno se faz presente nas ruas do município de Parintins. São cidadãos que devido ao uso de álcool/drogas, rompimento com os vínculos familiares, desemprego, passam a estabelecer a rua como sendo o seu local de referência.

Neste sentido, o presente estudo teve por finalidade analisar as estratégias de sobrevivências das pessoas que vivem em situação de rua no município de Parintins, buscando desvelar os principais condicionantes que levaram os indivíduos a viver nas ruas, as principais atividades econômicas desenvolvidas por elas para a garantia de renda e as ações desenvolvidas pelo Poder Público em Parintins. A pesquisa foi realizada com 15 entrevistados sendo, 5 das proximidades do mercado municipal, 5 da rua armando Prado e 5 da orla da Francesa.

Nas ruas essas pessoas criam estratégias para sobreviverem tais como: limpeza de quintal, carregamento de estiva, prostituição e até mesmo os pedidos de esmola. Esses locais são os que mais concentram pessoas em situação de rua, contudo, não são os únicos.

A pesquisa registrou que nos bairros de São Vicente, Santa Clara, Palmares, Itaúna I, já existe um numero significativo de pessoas vivenciando a situação de rua. Como uma das estratégias de sobrevivência apontado pelos entrevistados, foi a organização em grupo, pois em grupo a aquisição de comida, roupa, dinheiro e proteção é mais eficaz do que está sozinho.

Quanto ao olhar do poder público sobre a situação destes indivíduos só se efetiva a partir de pesquisas realizadas pelo MDS, em parceria com UNESCO que contabilizaram 50.000 pessoas vivendo nas ruas do Brasil. Através destes dados foi possível a criação da Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua por meio do Decreto 7.053/2009.

Por sua vez, a operacionalização da Política é de competência do MDS e está diretamente relacionada à Política Nacional de Assistência Social. Para ter acesso aos programas sociais as pessoas em situação de rua devem ser incluídas no Cadastro Único e atender ao perfil que, de acordo com a política, possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de uma moradia convencional ou regular.

Nos casos dos municípios brasileiros a operacionalização dessa política fica a cargo das Secretarias de Assistência, através dos Centros pop e de abrigos. Contudo. No município de Parintins existem muitas fragilidades na efetivação desta política. Primeiro porque a própria secretaria não possui dados relacionados ao quantitativo de pessoas que vivenciam a situação de rua, e como consequência, o município não apresenta estrutura para o atendimento e acolhimento dessa população.

As ações existentes são de cunho assistencialista, caritativo e da benevolência, ficando ao encargo da sociedade civil, alguns segmentos das igrejas, que distribuem sopas, roupas e remédios. Essas ações tornam-se assim muito cômodas para o poder público, que se desresponsabiliza da atuação e transfere para a sociedade civil a responsabilidade que também é sua.

Por fim, os dados apresentados na pesquisa sinalizam a relevância social deste estudo, uma vez que este contribui para conhecer a realidade das pessoas em situação de rua que vivem em Parintins e suas estratégias de sobrevivência, uma vez que parte desses indivíduos sobrevive por meio de atividades informais. Por outro lado, sinaliza também a relevância acadêmica deste estudo, pois propiciará contribuições importantes quanto à produção do conhecimento na categoria trabalho e pessoas em situação de rua, considerando a dinâmica contemporânea e os impactos sobre a sociedade.

## Referencias

ALVES, G. **O novo (precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo/Fapesp, 2009.

ARAÚJO, Valéria De Fátima Chaves. **Política Nacional para a População em Situação de Rua: Breve Análise**. Trabalho de conclusão de curso. Natal, 2012.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo (SP): Cortez; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997. 155p.

BRASIL. **Política Nacional para a pessoa em situação e rua.** Decreto n. 7.053/2009.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília: MDS, 2005.

BURLLA, Leônia Capaverde; MENDES, Jussara Maria; PRATES, Jane Cruz. **As múltiplas formas de exclusão Social.** Federação Internacional de Universidade Católicas: EDIPURCS, 2004.

BURSZTYN, M. “**Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão:** o caso das populações de rua” e “Vira-mundos e „rola-bostas””. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS, E. P; COSTA, G. M. **Questão social e desigualdade: novas formas, velhas raízes.** 4. In: Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social, Ano 2, n°. 4, julho de 2006